



MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Câmara Municipal

APROVADO

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Eng.º Armindo Moreira Palma Jacinto

INF. N.º:

Interno n.º 1400 de 12/03/2021

Processo n.º 2019/300.10.005/1879

A QUE SE REFERE O DOCUMENTO DO MyDOC: Interno n.º 6845 29/11/2019; Processo n.º 2019/300.10.005/1879

No presente Caderno de Encargos foram introduzidas as devidas alterações, que compreendem as cláusulas iniciais, aprovadas por despacho do Sr. Presidente de dia 02 de dezembro de 2019, a incluir no contrato a celebrar,

CONSULTA PRÉVIA

(termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º, artigo 112.º e artigo 114.º do Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto)

Caderno de Encargos para a aquisição de bens

RETIFICAÇÃO

Aquisição de uma licença ArcGIS
Desktop Standard 10.8.1 para Centro
Municipal de Proteção Civil de Idanha-
a-Nova no âmbito da candidatura no
âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11
- “Proteção Contra Riscos de
Incêndios”

Este volume é composto por **010 folhas** devidamente numeradas



Índice

Cláusula 1.ª	3
Objeto	3
Cláusula 2.ª	3
Contrato	3
Cláusula 3.ª	4
Especificações Técnicas para o fornecimento de bens de imobilizado.....	4
a. LOCAL / OBJECTO:	4
b. QUANTIDADES:	4
DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS BENS DE IMOBILIZADO A ADQUIRIR	5
Cláusula 4.ª	6
Objecto do dever de sigilo	6
Cláusula 5.ª	6
Preço contratual	6
Cláusula 6.ª	7
Aquisição de serviços	7
Cláusula 7.ª	7
Resolução / Não cumprimento do contrato.....	7
Cláusula 8.ª	7
Resolução de litígios – Foro competente	7
Cláusula 9.ª	8
Cessão da posição contratual e subcontratação	8
Cláusula 10.ª	8
Notificações e Comunicações.....	8
Cláusula 11.ª	8
Contagem dos prazos.....	8
Cláusula 12.ª	9
Legislação aplicável.....	9
Cláusula 13.ª	9
Proteção de dados e princípio da transparência.....	9
Cláusula 14.ª	10
Revisão de Preços	10



Cláusula 1.ª

Objeto

1. No presente Caderno de Encargos foram introduzidas as devidas alterações, que compreendem as cláusulas iniciais, aprovadas por despacho do Sr. Presidente de dia 02 de dezembro de 2019, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a CONSULTA PRÉVIA para a **Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 para Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova no âmbito da candidatura no âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios".**

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º (Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar) do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º (Aceitação da minuta do contrato) desse mesmo diploma legal, ou seja, **dois dias subsequentes no caso dos procedimentos de ajuste direto ou CONSULTA PRÉVIA.**
5. **O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração,** e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.



6. O contrato termina, quando da BOA entrega dos bens objeto do presente contrato e serviços que lhe estão intrínsecos, se for o caso, ou esgotada a verba cativa para o presente procedimento.
7. O prazo de execução / entrega, conforme documentação do procedimento, não poderá ter uma duração máxima de contrato superior a 3 anos

Cláusula 3.^a

Especificações Técnicas para o fornecimento de bens de imobilizado

1. O fornecedor de bens de imobilizado, obriga-se a prestar o objeto da presente **CONSULTA PRÉVIA** conforme estabelecido nas descrições a seguir indicadas.

a. LOCAL / OBJECTO:

O presente procedimento diz respeito à **Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 para Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova no âmbito da candidatura no âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios"**, e será entregue o objeto do presente contrato no Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova, em Idanha-a-Nova, freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes - **Concelho de Idanha-a-Nova**.

b. QUANTIDADES:

O presente procedimento é constituído pela **Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 para Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova no âmbito da candidatura no âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios"**, na modalidade de **CONCURSO VALOR Global**, o qual descreve sucintamente a necessidade da presente aquisição de bens:

- **O presente procedimento enquadra-se no âmbito da apresentação de uma candidatura ao abrigo do Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios", para remodelação, adaptação e refuncionalização das instalações do edifício sito na Rua Vaz Preto (rés do chão e 1.º andar), em Idanha-a-Nova.**
- **Tendo em vista a operacionalização do Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova, de forma, a que este seja um espaço modelo no âmbito das competências da proteção civil no patamar municipal, que integrará num só espaço o planeamento, a sensibilização e informação pública, a decisão política e operacional, a logística e sustentação das operações e a capacidade de articulação entre os diversos agentes de proteção civil locais, nomeadamente os elementos essenciais para a materialização da resposta operacional no âmbito da proteção e socorro.**



- O edifício sofrerá uma adaptação do espaço físico e recursos tecnológicos para albergar e apoiar a Comissão Municipal de Proteção Civil nas suas competências de coordenação institucional quer na vertente política, assim como na coordenação operacional, sendo igualmente preparado para servir as funções de uma organização diferenciada em situação de acidente grave ou catástrofe, por via da ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
- Desta forma pretende-se a aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 para o Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova, no âmbito da candidatura no âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios".;

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS BENS DE IMOBILIZADO A ADQUIRIR

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1,00	Valor global (vg)	Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 Uso Concorrente - licença perpétua

CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO: Software ArcGIS Desktop Standard.

a. PRAZO:

Prazo de ENTREGA dos bens / EXECUÇÃO do Contrato – **30** (Trinta) dias;

b. PAGAMENTO:

- O pagamento será efetuado após o fornecimento do mesmo, para pagamento a 30 dias da data da fatura;
- Mediante as devidas **confirmação / validação da fatura**, pelo responsável do controlo do procedimento, e designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, **Manuel Fonseca Monteiro**;
- Qualquer pagamento só será efetuado, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, **Base.gov**, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos;

2. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DE BENS:

As previstas no presente caderno de encargos em conjugação com o determinado no CCP e legislação conexas.

3. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS BENS A ADQUIRIR:



O presente procedimento é constituído pela: **Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 para Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova no âmbito da candidatura no âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios"**, incluindo:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1,00	Valor global (vg)	Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 Uso Concorrente - licença perpétua

CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO: Software ArcGIS Desktop Standard.

4. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL

Não se aplica.

5. ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS:

De acordo com o definido na presente cláusula.

Cláusula 4.^a

Objecto do dever de sigilo

1. O fornecedor de bens, deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Idanha-a-Nova, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor de bens, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 5.^a

Preço contratual

1. Pelos bens a fornecer, objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, o Município de Idanha-a-Nova deve pagar ao fornecedor de bens a quantia total máxima de **13.270,00€** (Treze Mil duzentos e setenta Euros), excluído o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido:



2. O valor base foi definido em função da CONSULTA INFORMAL AO MERCADO, efetuada pelos serviços requisitantes, com vista à recolha de estimativas orçamentais para os bens a adquirir.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição de bens, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
4. O preço a que se refere o n.º 1 é pago, após conferição pelo Serviço responsável e/ou requisitante.

Cláusula 6.ª

Aquisição de serviços

1. Mais informam estes serviços, devido à natureza da presente aquisição (AQUISIÇÃO DE BENS) que não existe lugar ao cumprimento do artigo 73.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro – Que aprova o Orçamento do Estado para 2021, em conjugação, com o também definido na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º do referido diploma, que exclui desse cumprimento, os contratos mistos cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que o serviço assuma um caráter acessório da disponibilização de um bem.

Cláusula 7.ª

Resolução / Não cumprimento do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Idanha-a-Nova pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, comunicada por qualquer meio escrito.

Cláusula 8.ª

Resolução de litígios – Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo de Círculo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.



Cláusula 9.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do definido nos artigos 316.º e seguintes do CCP - CAPÍTULO VI - Cessão da posição contratual e subcontratação.

Cláusula 10.ª

Notificações e Comunicações

1. As notificações previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
5. No contrato podem as partes estipular que a validade das comunicações efetuadas por correio eletrónico fique sujeita à condição da sua utilização obedecer a requisitos suplementares.
6. As comunicações ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

Cláusula 11.ª

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
2. Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no programa do procedimento ou no convite, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66**



dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. Em virtude da não fundamentação, o prazo de vigência do contrato a celebrar não pode exceder três anos, para contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços.

Cláusula 12.ª

Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, suas alterações e legislação conexa.

Cláusula 13.ª

Proteção de dados e princípio da transparência

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.
2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.
4. **Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos, a introdução de melhorias e aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como, a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo entende-se que à formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD.**

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos



Município de Idanha-a-Nova

Câmara Municipal

Pessoa Coletiva de Direito Público n.º: 501 121 030

Divisão Financeira e Patrimonial
Aprovisionamento

AQUISIÇÃO DE BENS DE IMOBILIZADO - **PROCESSO DFP-A PCB016 -2021**

Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 14.^a

Revisão de Preços

1. Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Relatório do Documento interno n.º 1400 de 12/03/2021

DOCUMENTO N.º:

DATA DOC.: 00/00/0000

REF. DOC.:

REGISTADO: andrea.oliveira

ATUALIZADO: andrea.oliveira

REMETENTE: SERV: APROVISIONAMENTO

TIPO DE DOCUMENTO: INFORMAÇÃO DE CARÁCTER TÉCNICO

LIVRO DE REGISTO: LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

ASSUNTO

CADERNO ENCARGOS: PCB016-2021; Sugerem estes serviços a validação e APROVAÇÃO, pelos respetivos órgãos competentes, do Caderno de Encargos para a Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 para Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova no âmbito da candidatura no âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios", para os devidos efeitos. No presente Caderno de Encargos foram introduzidas as devidas alterações, que compreendem as cláusulas iniciais, aprovadas por despacho do Sr. Presidente de dia 02 de dezembro de 2019, a incluir no contrato a celebrar,

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Aprovisionamento

PROCESSO N.º 2019/300.10.005/1879

CLASSIFICAÇÃO 300.10.005 - Transação e transmissão de bens móveis não culturais e contratação de serviços

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(5) Movimentado no dia 12/03/2021 15:14 para Serv: Aprovisionamento

Efetuado por Func.: 326 - Armindo Moreira Palma Jacinto (armindo.jacinto)

Motivo: Aprovo o caderno de encargos, dar seguimento ao procedimento para os devidos efeitos.

(4) Movimentado no dia 12/03/2021 14:48 para Serv: PRESIDENTE

Efetuado por Func.: 413 - Andreia Farinha de Oliveira (andrea.oliveira)

Motivo: Retifique-se o despacho conforme o solicitado: "CADERNO ENCARGOS: PCB016-2021; Sugerem estes serviços a validação e APROVAÇÃO, pelos respetivos órgãos competentes, do Caderno de Encargos para a Aquisição de uma licença ArcGIS Desktop Standard 10.8.1 para Centro Municipal de Proteção Civil de Idanha-a-Nova no âmbito da candidatura no âmbito ao Aviso n.º Centro-14-2019-11 - "Proteção Contra Riscos de Incêndios", para os devidos efeitos. No presente Caderno de Encargos foram introduzidas as devidas alterações, que compreendem as cláusulas iniciais, aprovadas por despacho do Sr. Presidente de dia 02 de dezembro de 2019, a incluir no contrato a celebrar".

(3) Movimentado no dia 12/03/2021 14:23 para Serv: Aprovisionamento

Efetuado por Func.: 326 - Armindo Moreira Palma Jacinto (armindo.jacinto)

Motivo: De acordo, dar seguimento ao procedimento.

(2) Movimentado no dia 12/03/2021 13:59 para Serv: PRESIDENTE

Efetuado por Func.: 384 - Carla Sofia Baptista Santos (carla.santos)

Motivo: Concordo com indicação dos serviços. À consideração superior.

(1) Movimentado no dia 12/03/2021 12:52 para Serv: Divisão Financeira e Patrimonial

Efetuado por Func.: 413 - Andreia Farinha de Oliveira (andrea.oliveira)

Motivo: Registo original!

Anexos do documento

Tipo doc.: Processo - Geral | Ref.: PCB016-2021 | Data: 12/03/2021 | Observações: ANEXOS PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO

Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 468 - Patrícia Carla Pereira Jóia de Carvalho, no dia 12/03/2021 12:48, por andrea.oliveira

Enviado para o Func. 135 - Alexandre Manuel Antunes Fernandes, no dia 12/03/2021 12:48, por andrea.oliveira

Documentos do Processo

Interno n.º 6845 do dia 29/11/2019

Remetente: Serv.: Aprovisionamento

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Informação

Relatório do Documento interno n.º 1400 de 12/03/2021

Documentos do Processo

Interno n.º 1400 do dia 12/03/2021

Remetente: Serv.: Aprovisionamento
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação de carácter técnico

Interno n.º 6766 do dia 26/11/2019

Remetente: Func.: Manuel Fonseca Monteiro
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação